

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

Andréa Fernandes de Sousa

Márcia Silva do Nascimento

**HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE SOBRE AS AÇÕES DE
ESCOLAS DA PREFEITURA DE JOÃO PESSOA**

JOÃO PESSOA
2017

Andréa Fernandes de Sousa

Márcia Silva do Nascimento

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE SOBRE AS AÇÕES DE ESCOLAS DA PREFEITURA DE JOÃO PESSOA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

PROFESSORES ORIENTADORES:
Severino Bezerra da Silva e Eduardo Antonio de Pontes Costa.

João Pessoa

2017

S725h Sousa, Andréa Fernandes de.

História e cultura afro-brasileira na educação de jovens e adultos:
uma análise sobre as ações de escolas da prefeitura de João
Pessoa / Andréa Fernandes de Sousa, Márcia Silva do Nascimento.
– João Pessoa: UFPB, 2017.
41f.

Orientadores: Severino Bezerra da Silva

Eduardo Antonio de Pontes Costa

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) –
Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Lei 10.639. 2. Cultura afro-brasileira. 3. Prática docente.
I. Nascimento, Márcia Silva do. II. Título.

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE SOBRE AS AÇÕES DE ESCOLAS DA PREFEITURA DE JOÃO PESSOA

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr^o Severino Bezerra da Silva

Prof. Dr^o Eduardo Antonio de Pontes Costa

Profa. Dr^a Quézia Vila Flor Furtado

João Pessoa

2017

DEDICATÓRIA

Aos pensadores críticos que acreditam no poder da educação para construção de uma sociedade mais justa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecemos a Deus por ter nos dado o dom da vida, e nos permitido vivermos e superarmos todos os obstáculos que encontramos durante a nossa caminhada acadêmica e por termos convivido com pessoas muito especiais.

Agradecimentos de Andrea: Ao meu filho Felipe, por ter me incentivado, “imposto”, a uma formação superior, o meu amigo irmão Fernando pelo apoio e a espiritualidade pelo auxílio; A Márcia e Háquila pela paciência e pelo estímulo a continuar no curso e também concluí-lo.

Agradecimentos de Márcia: Aos meus pais, José e Ivaldete, por todo esforço e dedicação para que eu continuasse acreditando no poder de transformação através da educação, sempre me apoiando e incentivado a perseverar na caminhada acadêmica. As minhas amigas Andréa e Háquila, por estarem sempre, incentivando e apoiando nessa caminhada.

Aos professores Eduardo Costa e Severino Bezerra, pela fabulosa orientação, sempre atenciosos, pacientes e comprometidos com a Educação.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar como vem sendo implementada a Lei 10.639/2003 que trata dos conteúdos da História e Cultura Afro-Brasileira, nos currículos de duas escolas da rede municipal de João Pessoa, na área de Educação de Jovens e Adultos. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo de caso, tendo por base a história oral (MEIHY; HOLANDA, 2014). Para a coleta de dados, utilizamos de entrevista semi-estruturada (GIL, 2008). Foram entrevistadas duas professoras que atuam no ciclo IV nas turmas de EJA e uma coordenadora buscando compreender o que diz a Lei 10.639; perceber a relação entre a lei e a educação de adultos; identificar as escolas da rede municipal que estão colocando em prática o conteúdo da História e Cultura Afro-Brasileira; e verificar os efeitos desta legislação na gestão escolar. Nessa direção, podemos concluir que a implementação e a aplicabilidade da referida lei não correspondem ao que diz a Lei 10.639, tanto do ponto de vista da prática docente quanto do planejamento escolar.

Palavras-chave: Lei 10.639. História. Cultura Afro-Brasileira. Prática Docente.

ABSTRACT

This work aims to analyze how it has been implemented the Law 10.639/2003 that deals with contents of Afro-Brazilian History and Culture, in the curricula of two schools of the municipal network of João Pessoa, in the area of youth and adult education. From a methodological point of view, it is a case study, based on oral history (MEIHY; HOLANDA, 2014). For the collection of data, we used a semi-structured interview (GIL, 2008). We interviewed two female teachers who work in cycle IV in the classes of YAE and a coordinator, seeking to understand what the Law 10.639 says; perceive the relationship between the law and the adult education; identify the municipal network schools that are putting into practice the content of Afro-Brazilian History and Culture; and verify the effects of this legislation on school management. In this direction, we can conclude that the implementation and the applicability of that law do not match what it says the Law 10.639, both from the point of view of teaching practice and school planning.

Keywords: Law 10.639/03. History. Culture Afro-Brazilian. Teaching.

SUMÁRIO

1. Introdução	07
1.1 Objetivos	
1.1.1 Objetivo Geral	09
1.1.2 Objetivos Específicos	09
2. Marco Teórico	11
3. Metodologia	17
3.1 Escolas Pesquisadas	19
4. Resultados e Discussão	22
4.1 Propostas da Organização Curricular da Lei 10.639/2003	22
4.2 Implantação da Lei 10.639/2003 e a EJA	24
4.3 Prática Docente	27
4.4 Formação Continuada	30
4.5 Desafios da Implantação da Lei	32
4.6 Resistências e Conflitos	34
4.7 Causas da Resistência	36
4.8 Temas Vinculados a História e Cultura Afro-Brasileira	37
4.9 Relações dos Alunos da EJA com a Temática Afro-Brasileira	38
5. Considerações Finais	40
6. Referências	41

1. Introdução

O presente trabalho surgiu a partir dos questionamentos que ocorreram desde o nosso primeiro contato com o ambiente escolar, mesmo que, naquele momento não possuíssemos o conhecimento teórico e metodológico sobre a especificidade da cultura afro-brasileira e a vivência do/a negro/a, nos diferentes contextos da sociedade. Como filhas de negras (os) não tínhamos o conhecimento de nossa etnia, pois, até então não havíamos nos importado ou reparado com a indiferença da qual algumas pessoas nos tratavam, porém a cada ano escolar, começamos a perceber a diferenciação da qual alunas (os) negras (os) eram tratados por parte dos professores e as “brincadeiras” por parte de alguns colegas, percebemos também que nas lições escolares, nunca se falava em algum sujeito da história do país que fosse negro e que teve grande destaque além do escravismo, nossos pensamentos voavam em busca de respostas para o grande questionamento da nossa cabecinha de criança: como é que, em um lugar onde existe muitos negros foi construído por brancos? Enfim, crescemos sem conhecer a história dos nossos ancestrais e como consequência não nos aceitávamos como negras, mas também não nos enxergávamos como brancas.

Como graduandas no curso de licenciatura em pedagogia, e ao longo do curso, sempre pensamos na possibilidade de refletir sobre a temática cultura afro-brasileira nos currículos da educação básica, em especial, na relação com a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Neste sentido, a presente pesquisa surge a partir de alguns questionamentos que nos incomodam desde as nossas experiências como alunas do ensino básico. Nas aulas de história, o ensino de história e cultura afro-brasileira sempre tinha o tema escravidão negra africana; o que sempre nos inquietava era o termo “escravo africano”, pois o mesmo nos levava a um questionamento: Será que existem pessoas escravas ou são escravizadas?

Percebemos, hoje, que essa concepção vem se naturalizando e se relativizando, tornando e trazendo a ideia de que “ser escravo” é uma condição inerente às pessoas, pois passa a produzir um significado pejorativo e preconceituoso, como podemos observar ao longo da história do Brasil.

Como essa questão sociocultural sempre esteve presente em nossas práticas sociais e, principalmente acadêmica, durante o curso de licenciatura

em pedagogia, esse mesmo “olhar” se fez mais presente durante as experiências dos estágios, em específico, no campo da EJA, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Moema Tinoco, localizada na rua Severino Bento de Moraes, no Bairro dos Funcionários II, em João Pessoa.

Verificamos que, na sua grande maioria, os alunos são negros e mestiços, pobres e da periferia, e que infelizmente, nos parece, não “almejam” muito seus sonhos e objetivos ficaram limitados à realidade ao qual estão inseridos, pois o próprio Estado não os oportunizam. Pudemos perceber, também, que muitos desses alunos não se aceitam, ou não têm consciência da sua identidade étnico-racial, por terem sofrido preconceito na infância, onde talvez esteja o motivo do abandono escolar, além de outros fatores como: a desestruturação familiar e a situação econômica dos alunos, pois muitos precisaram trabalhar para aumentar a renda familiar, afastando-se por um longo período do ambiente escolar ou jamais voltando ao respectivo ambiente.

E também observamos que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas por esses alunos, que tiveram e tem condições de desigualdades perante sua posição social, alguns ainda lutam para avançarem na construção do conhecimento e para se sentirem motivados em “pé” de igualdade em relação às outras pessoas.

Diante dessas considerações, a presente pesquisa de TCC busca responder como está sendo desenvolvido nas escolas da prefeitura de João Pessoa, com as turmas de EJA o ensino da história e cultura afro-brasileira, a partir do preconizado pela Lei 10.639 de 2003. Percebemos, também, que apesar da maioria desses alunos serem negros e da existência de uma legislação que regulariza e propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, os desafios, ainda, são presentes, e aqui levantamos outra questão: Como vem sendo construído o currículo de EJA com os fundamentos da referida Lei junto às coordenações de EJA?

Nessa direção, algumas pesquisas apontam para a aplicação da Lei 10.639/03, na prática educacional, onde se faz necessária por razões históricas e culturais, onde além do currículo preestabelecido, seja aplicado o ensino da história e cultura afro-brasileira, havendo assim um dialogo com sua realidade, promova a afirmação de sua identidade e combata o preconceito racial. Para

Costa, Silva e Rocha (2015), o papel da escola é oportunizar e expandir as experiências de seus alunos, proporcionando-lhes o aprofundamento ao seu processo de aquisição ao conhecimento, não esquecendo o respeito à cultura e a identidade dos sujeitos, porém mesmo após 14 anos da implementação da Lei 10.639/03 e com todos os aparatos legislativos e não legislativos de recomendações como, por exemplo, as CONFINTEAS, em uma das suas recomendações é a valorização da cultura, identidade e de enfrentamento ao preconceito muito presente ainda na sociedade, na EJA a implementação dessa lei é dificilmente condicionada a esse público, o que deveria ser ao contrário, pois, “[...] a escola deve ser um espaço de reivindicação de direitos, valorização, construção e transformação de conhecimento cultural e social” (FREIRE, 2011).

Refletir acerca da identidade negra no contexto da escola pública com as turmas da EJA leva a uma discussão sobre a importância da escola nessa construção e como a mesma vem aplicando a Lei 10.639/03, que alterou a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/1996, onde institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro brasileira nas instituições de ensino; porém, 14 anos após ser sancionada, a necessidade de ampliar os conhecimentos sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais ainda é um grande “tabu” e acaba sendo esbarrado no sentimento e cultura de preconceito enraizado no povo brasileiro.

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo Geral

- Analisar como vem sendo implementada a Lei 10.639/03 na Educação de Jovens e Adultos em duas escolas municipais de João Pessoa.

1.1.2. Objetivos Específicos

- Compreender o que diz a Lei 10.639/03;
- Perceber a relação entre a Lei 10.639/03 e a EJA;

- Identificar as escolas que aplicam a referida lei no município de João Pessoa;

2. Marco Teórico

A Lei 10.639/03 vem responder as demandas por uma escola pública, democrática e cidadã para todos, em específico, aos negros. Ela aponta e elenca reflexões de teóricos que buscam em suas discussões apresentarem a questão da ressignificação do papel histórico e cultural da população negra para a sociedade brasileira. Nesse sentido, alguns estudos sobre a história e cultura afro-brasileira e africana, destacando, a sua importância para a construção da identidade racial nas escolas públicas como combate ao racismo e preconceito na modalidade da EJA.

A V Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos (CONFINTEA V) realizada em Hamburgo, em 1997, como as anteriores, traz algumas recomendações que englobam o processo de ensino e aprendizagem, formal ou informal, ao enfatizar a necessidade de práticas pedagógicas para o desenvolvimento e o “respeito integral ao ser humano e os seus direitos, para que a sociedade evolua justa e sustentavelmente” (CONFINTEA, 1997). E como conseguir esse respeito senão ao longo da vida?

As CONFINTEAs indicam que o público da EJA compreenda sua história para que a população menos favorecida tenha consciência de sua importância na e para sociedade. Como os objetivos da CONFINTEA V não obtiveram êxito, e a CONFINTEA VI volta a destacar os mesmos pontos da anterior, para reafirmar o compromisso, e como a mesma aconteceu no Brasil (2009) nos deixou mais claro a ideia de uma sociedade injusta e desigual, ao qual temos desde o princípio da nossa história (PAIVA, 2005).

Percebemos que a UNESCO, desde a CONFINTEA I, em 1949, Elsinore, na Dinamarca, mantém a preocupação em melhorar a qualidade de vida da população excluída, lutando por uma sociedade não discriminatória, igualitária e justa, seguindo essa mesma linha, os movimentos negros e outras minorias vêm tomando forças e almejando uma melhor qualidade de vida e direitos, para a nossa sociedade que acumula um histórico de discriminação e preconceito direcionado aos negros (as).

A história do povo negro brasileiro foi historicamente introduzida nas escolas e estabelecimentos de ensino pela sua condição de “inferioridade”, entendido como pessoas privadas de capacidades, e mesmo séculos depois de serem impostos a uma vida de pobreza e miséria, ainda não obtiveram uma

efetiva integração social, pois grande parte dessa população continua a margem da sociedade, principalmente no tocante à educação, o que nos leva a um questionamento, se a má formação educacional da (o) negra (o) esta relacionada a pobreza ou a uma sociedade estereotipada cheia de preconceito e discriminação racial, fruto de uma “herança” colonial.

Mesmo durante décadas de exclusão e invisibilidade, a população negra jamais assumiu um papel de conformação, permaneceu lutando pelos seus direitos, porém, agora já não lutam por liberdade, e sim por direitos de igualdade social; e por uma educação democrática na qual seja possível a percepção e o reconhecimento da sua história e cultura no seio da formação da sociedade brasileira. A resistência negra vem se mantendo e cada vez mais se fortalecendo na sua luta por uma educação para todos com igualdade de direitos.

A despeito dessa tentativa de silenciamento, a resistência negra tem se mantido e fortalecido, a ponto de atualmente não ser mais possível, num debate lúcido, a defesa da imagem da sociedade brasileira como um exemplo de democracia racial. Por meio de pressão e atuação incessante, o movimento negro organizado denunciou as condições de vida da população negra brasileira evidenciando, entre outras coisas, que o acesso e a permanência dessas pessoas no sistema educacional é permeado por uma série de entraves. (COLEÇÃO EDUCAÇÃO PARA TODOS, 2005, p. 9)

A partir das mobilizações sociais, principalmente às oriundas dos movimentos sociais organizados e em torno do direito à cidadania, resistiram e pressionaram o poder público por políticas públicas. Nesse sentido, em 2003 foi sancionada a Lei 10.639, alterando a Lei 9394/96 (LDB), onde institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, e logo seguinte no ano, em 2004, foi aprovada as Diretrizes Curriculares para a Educação Étnica-Racial e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Assim, começa um grande marco para o processo de redemocratização e uma mudança significativa para a educação brasileira.

Baseando-se nos aparatos normativos em que medida, o currículo das escolas públicas vem incorporando temas da questão negra, em específico, os direcionados para a educação de adultos? O sistema de ensino brasileiro não prioriza ao estudante o conhecimento da história “real”, trazendo apenas

versões unilaterais, abordando a história sob o ponto de vista dos colonizadores e da classe dominante. Essa é, muito provavelmente, a razão pela qual no Brasil a identidade do negro nunca está concluída, o mesmo não conhece a formação real de sua história, e com isso não consegue ter elementos suficientes e condições de identificar-se consigo mesmo. Para que o aluno da EJA se aproprie da sua identidade faz-se necessário um conhecimento do contexto histórico do Brasil, na perspectiva do povo negro, e nesse processo o professor tem papel importante, pois muitas vezes o mesmo traz para sala de aula estereótipos já estabelecidos e convencionados da sociedade.

Em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire (2011) enfatiza os preconceitos sofridos pelas classes populares e combatia os mesmos através de sua educação conscientizadora, na sua leitura do mundo, esses preconceitos seriam combatidos apenas através da educação e nesse processo confirma a importância da contribuição dos professores na mudança da realidade de seus alunos, através de seus gestos.

Portanto, “[...] gestos cuja significação mais profunda talvez tenha passado despercebida por ele, o professor que teve importante influência sobre mim [...]” (FREIRE, 2011, p. 43). Ele, ainda, reforça a importância da formação docente para a contribuição desses gestos, enunciando que: “[...] Na formação docente, não é a repetição mecânica do gesto, este ou aquele, mas a compreensão do valor dos sentimentos, das emoções, do desejo [...]” (Idem, p. 45).

A “emoção” do professor, “o amor pela docência”, conta muito, porém é a criticidade que deve prevalecer a partir da proposta metodológica da Educação de Adultos na proposta de Paulo Freire, ainda é muito questionada e debatida. Porém, não muito utilizada, como forma de identificação e conscientização de um povo, contudo esse ideal surge nos aparatos normativos, como a LDB, o Parecer, e na Lei 10.639/03.

Segundo Lino: (2005, p. 94)

Uma proposta pedagógica que contemple a diversidade étnica e racial dos sujeitos da EJA carrega em si uma contradição [...]. Pois ao mesmo tempo em que se faz necessária a luta pela inclusão da questão racial nos currículos e práticas da EJA, é necessário reconhecer que ela, já esta presente na EJA por

meio dos estudantes pobres e negros que majoritariamente frequentam essa modalidade de ensino.

Nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), podemos confirmar a afirmação citada, no censo sobre analfabetismo no Brasil de 2010, ao mostrar que dos 13,9 milhões de pessoas com 15 anos ou mais autodeclaradas analfabetas, 6,7% são pretas ou pardas. A cultura negra é mais que indispensável e se faz mais que necessária uma implementação de propostas pedagógicas que se comprometam com a causa da questão racial.

Cabe à escola desenvolver um trabalho onde considere a legislação sem deixar de dar importância às opiniões e experiências da comunidade para elaboração, execução e avaliação do plano de trabalho.

Compete a todos os profissionais da educação o resgate do papel afetivo, social e cognitivo, como também o resgate dos valores culturais, religiosos, cívicos e sociais, assim garantindo a população negra oportunidades de defesa dos direitos e garantia da identidade negra para uma melhor efetivação da igualdade e de direitos étnicos individuais, coletivos e difusos, como forma de exercer a democracia plena.

A busca de uma educação para todos se estende durante décadas, e mais uma vez destacamos a importância de Paulo Freire, a sua proposta de alfabetização em 40 horas. Freire (2011) pensou não apenas alfabetizar, mas também permitir uma alfabetização a partir da sua proposta metodológica baseada no Sistema Paulo Freire com elementos da educação popular. Para o referido autor, a “[...] prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia” (FREIRE, 2011, p. 37).

É importante destacar em termos de sociedade democrática e cidadã, a Constituição Federal (CF) de 1988, deu início a este movimento, que partiu da mobilização da sociedade brasileira organizada. No art. 20, podemos destacar a compreensão e a definição da educação como um direito humano e social, no tocante aos propósitos e aos desafios postos pela sociedade, a partir de novas demandas.

Os princípios norteadores da CF dão relevância à concepção constitucional da educação como um direito fundamental para o exercício da cidadania. A Constituição, além de garantir educação para todos, indica esse

mesmo reconhecimento nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) quando afirma que “O tema Pluralidade Cultural oferece aos alunos oportunidades de conhecimento de suas origens como brasileiros e como participantes de grupos culturais específicos. [...]” (BRASIL, 1997, p. 39).

A aprovação da Lei de Nº 9394/96, que trata das diretrizes e bases da educação nacional, representa a consolidação dos avanços para os direitos básicos da população em geral, trazendo um fato inédito ao contemplar nas suas especificidades, também as populações até então excluídas do processo social na perspectiva da cidadania. A EJA se torna uma modalidade de ensino e “insere-se no currículo da educação básica a história e cultura afro brasileira”.

Destacamos que no Estatuto da Igualdade Racial, no seu art. 11 ao falar da educação, estabelece que fica obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, como dispõe a atual LDB, em estabelecimentos públicos e privados. No seu art. 17 estabelece que o poder público garanta o reconhecimento das sociedades negras, clubes e outras formas de manifestação coletiva, com trajetória histórica comprovada, como patrimônio histórico e cultural, nos termos dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal. No seu art. 20, garante o registro e a proteção da capoeira em todas as suas modalidades, como bem de natureza imaterial e de formação de identidade cultural brasileira, nos termos do art. 216 da Constituição Federal, conforme consta no Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12. 288, de 20 de julho de 2010.

O currículo na Educação de Jovens e Adultos poderá ajudar e direcionar a tomada de decisões e procedimentos, apresentando situações para que os alunos possam desenvolver capacidades, vinculadas a aprendizagem de saberes culturais, as quais devem ser encaminhadas considerando os anseios, manifestações e necessidades dos mesmos, sendo que eles têm direitos a escolhas, e de serem respeitados em suas preferências individuais.

Assim, o currículo precisa reconhecer que esse público é capaz de agir, interagir, de produzir cultura e de ser sujeito de direitos e deveres, inclusive o direito à autonomia, à identidade, ao assumir uma postura de aceitação a sua etnia.

A escola tem uma diversidade de costume, temas, tradições e conceitos da vida coletiva, inserida e precisa superar os obstáculos, para atender alunos

de todo seu entorno e cada qual traz suas experiências. Diante do exposto a educação contribuirá na formação de pessoas conscientes e comprometidas com a solidariedade, o respeito mútuo e a valorização da história e do resgate dos costumes afro-brasileiros, no sentido de promover uma sociedade mais igualitária.

Diante de questionamentos sobre a implementação da Lei 10.639/03, buscaremos através da nossa pesquisa em duas escolas da rede municipal de João Pessoa, na modalidade de EJA, tentando responder como elas estão aplicando a referida Lei, se e como está acontecendo essa implantação, se esse aprendizado está sendo significativo, e como está ocorrendo a efetivação da lei no currículo a partir das práticas dos professores. .

3. Metodologia

O objetivo da presente investigação busca analisar como vem se dando a aplicação da Lei 10.639, na modalidade da EJA. Para responder a essa questão, foram entrevistadas duas professoras da rede municipal de ensino, da cidade de João Pessoa, com a necessidade de retorno a escola, foi entrevistada uma coordenadora. As instituições participantes da pesquisa foram a Escola Municipal Tharcilla Barbosa da Franca e a Escola Municipal Zumbi dos Palmares.

Trata-se de um estudo de caso, tendo por base a história oral (MEIHY; HOLANDA, 2014), com uso da técnica de entrevista semi-estruturada e o roteiro de entrevista como instrumento de pesquisa na coleta de dados (GIL, 2008).

As atividades de campo foram iniciadas com a nossa ida ao Centro Administrativo Municipal de João Pessoa, na Secretária de Educação e Cultura (SEDEC), em fevereiro de 2017. Deparamo-nos com as primeiras dificuldades no sentido de localizar e de como conseguiríamos ter acesso as escolas que trabalham com a Lei no currículo da EJA.

A nossa primeira “frustração” aconteceu com a burocracia administrativa, pois teríamos que entrar com um requerimento solicitando a autorização para o trabalho de pesquisa. O desafio seria esperar um longo prazo para sabermos da resposta da SEDEC sobre quais escolas tinham a modalidade de EJA e quais aplicavam o conteúdo história e cultura afro-brasileira.

Evidentemente, o tempo de espera nós não tínhamos. Fomos pesquisar no site da prefeitura e conseguimos levantar alguns dados, até então disponibilizados apenas se nós apresentássemos um requerimento à SEDEC.

No levantamento realizado no site da prefeitura, descobrimos que há 55 (cinquenta e cinco) escolas na modalidade de EJA. A questão era agora localizar àquelas que trabalham com os conteúdos afro-brasileiros nos seus currículos. Informamos que os desafios ainda persistiam do ponto de vista da certeza de qual escola, de fato, tinha os referidos conteúdos.

Portanto, pensamos que uma das saídas seria visitar algumas escolas com o objetivo de saber se elas atendiam ao propósito da nossa investigação. Os primeiros estabelecimentos visitados, no início de março, foram as escolas municipais Lions Tambaú e Aruanda, localizadas no bairro dos Bancários.

No Lions Tambaú fomos conversar, em fevereiro, com a gestora e a mesma nos informou que ela não sabia responder. Informamos, também, que tivemos dificuldades para falar com a coordenação responsável pela execução da EJA na escola. A gestora disse-nos, também, que não sabia responder se o Projeto Político Pedagógico (PPP) havia sido atualizado.

Do ponto de vista do instrumento para a coleta de dados, o questionário foi elaborado e discutido nas atividades de orientação de tcc. O instrumento é composto de treze questões (ver Anexo) tem como foco a história e a cultura afro-brasileira no currículo da EJA.

A escolha da primeira escola se deu pelo próprio nome da mesma, Zumbi dos Palmares. Acreditávamos que essa escola já tinha implantado a lei no currículo. A nossa dedução deu-se por conta do nome da instituição. Na visita à escola, a nossa dedução acabou se confirmando. E a segunda escola, a escolha ocorreu em função da indicação de uma professora que se encontrava na UFPB para fazer uma palestra. Oportunamente, aproveitamos para conversar com ela, perguntando se a sua escola já tinha aplicado a lei. A partir da resposta positiva, passamos a eleger a segunda escola como espaço de pesquisa.

No dia 15 de março, fomos à Zumbi dos Palmares, e no dia 17, na Tharcilla Barbosa da Franca. Na Zumbi dos Palmares, a gestora nos informou que a escola aplicava a Lei no currículo da EJA.

Na Escola Zumbi dos Palmares, fomos muito recebidas pela gestora, e ela nos cedeu o PPP da escola; aspecto este que ao longo da nossa graduação em pedagogia não havíamos conseguido em nenhuma outra escola. Enfim, aguardamos um pouco para conversarmos com professora “1” com formação em ciências, pois a coordenadora não se encontrava na escola e essa professora estava melhor informada, pois a mesma faz parte do Movimento Negro. Quando a professora terminou de ministrar a sua aula, ela veio ao nosso encontro e nos recebeu de forma amistosa. Chegamos a escola às 07:30 h e ficamos aguardando a professora. A entrevista começou às 08 h e terminou às 09:20 h. Explicamos o objetivo da pesquisa, que éramos alunas de pedagogia da universidade, e a pesquisa estava vinculada ao nosso trabalho de tcc. O local da entrevista foi na sala dos professores, espaço este

importante pois no momento não havia outros professores ocupando a mesma sala.

A Escola Zumbi dos Palmares localiza-se na Rua Rita Xavier de Oliveira, s/n, Mangabeira VI. A escola funciona nos três turnos com turmas do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano (manhã), do 6º ao 9º ano (tarde) e no horário noturno a Educação de Jovens e Adultos. Nessa escola, a EJA funciona na modalidade de cinco ciclos: Alfabetização e ciclos I, II, III e IV.

Na Escola Tharcilla Barbosa da Franca, a gestora nos pareceu um pouco “apreensiva”, pois não sabia muita coisa da escola e muito menos do que se tratava a lei 10.639. Identificamos de que não havia coordenadora no turno da noite; e mesmo assim ela se propôs a colaborar com a pesquisa. Disponibilizou-nos o PPP da escola, e, em seguida, perguntamos pela Professora 2 que havíamos encontrado na UFPB, se a mesma não poderia nos ajudar. A gestora chamou a professora que se encontrava em sala de aula, então conseguimos conversar com a professora que é formada em letras (português) e atua na EJA há sete anos, e perguntamos se ela gostaria de participar da entrevista. Respondeu que sim.

Durante a coleta de dados, percebemos que a Professora 2 não “ficou à vontade” para responder com “firmeza” sobre a implementação da lei no currículo da escola. Contudo, a entrevista transcorreu de forma satisfatória tendo em vista que a entrevistada respondeu as questões da pesquisa.

3.1 Escolas Pesquisadas

A pesquisa foi realizada nas escolas municipais Zumbi dos Palmares, localizada na rua Rita Xavier de Oliveira, s/n, bairro de Mangabeira VI, e Tharcilla Barbosa da Franca, na rua Nossa Senhora da Paz, nº 72, bairro do Grotão.

A Escola Municipal Zumbi dos Palmares funciona nos três turnos com turmas do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano no turno da manhã, do 6º ao 9º ano no turno da tarde e no horário noturno a Educação de Jovens e Adultos na Modalidade de Ciclos, sendo Ciclo de Alfabetização, Ciclos I, II, III e IV, atendendo um total de 510 alunos matriculados, sendo 150 no turno da manhã, 200 no turno da tarde e 160 no horário noturno. Dispõe de um total de 83 funcionários, distribuídos nos três turnos, sendo: 3 gestores; 31 professores (

sendo um 01 com readaptação de função atuando na biblioteca); 01 secretário; 06 especialistas (02 assistentes social, 01 orientador educacional e 03 supervisores escolar): 01 cuidador; 05 auxiliares de secretaria; 01 técnico em contabilidade; 06 inspetores de alunos; 02 monitores de informática; 01 instrutor de xadrez; 04 vigilantes; 03 auxiliares de biblioteca; 08 auxiliares de serviços; 01 regente de banda; 01 coreógrafo; 06 merendeiras; 01 supervisor de merenda; 01 auxiliar de manutenção; 01 coordenador do Programa Mais Educação.

A Escola Municipal Tharcilla Barbosa da Franca funciona nos três turnos com turmas do Ensino Fundamental II, do 6º ao 9º ano no turno da manhã e tarde e no horário noturno a Educação de Jovens e Adultos na Modalidade de Ciclos, sendo Ciclo de Alfabetização, Ciclos I, II, III e IV, atendendo um total de aproximadamente 700 alunos matriculados, sendo distribuído nos 3 turnos. Dispõe de um total de 61 funcionários, distribuídos nos três turnos, sendo: 03 gestores; 31 professores; 04 secretários; 03 especialistas (01 assistentes social, 01 orientador educacional e 01 supervisor escolar): 03 cuidadores (sendo 01 cuidador para os filhos dos alunos da EJA); 04 auxiliares de sala; 02 monitores de informática; 03 vigilantes; 01 regente de banda; 04 merendeiras; 01 coordenador do Programa Mais Educação.

Ao chegarmos à Escola Municipal Zumbi dos Palmares, fomos recebidas pela gestora, ela nos cedeu o PPP da escola coisa que ao longo desse curso não havíamos conseguido em nenhuma outra escola, onde aguardamos um pouco para conversarmos com professora 1, pois a coordenadora não se encontrava na escola e essa professora estava melhor informada, pois a mesma faz parte do Movimento Negro, quando a aula da professora acabou ela veio ao nosso encontro e nos recebeu melhor ainda, nos apresentamos explicamos o motivo que estávamos ali, ela bem disposta nos concedeu a entrevista, onde foi respondida com louvor e superou nossas expectativas, superou o nosso objetivo e podemos relacionar a teoria da lei e a prática da sua aplicabilidade.

Na Escola Municipal Tharcilla Barbosa da Franca a gestora nos pareceu “um pouco apreensiva” pois não sabia muita coisa da escola e muito menos do que se tratava a lei 10.639. Não havia coordenadora no turno da noite, mesmo assim se propôs a nos ajudar, mostrando o PPP da escola, então perguntamos

pela professora 2 que havíamos encontrado na UFPB, se ela não poderia nos ajudar, ela respondeu que sim, a gestora chamou a professora que se encontrava em sala de aula, então conseguimos realizar a entrevista, a Professora 2 não respondeu com tanta firmeza a implementação da lei no currículo da escola, não havia muita firmeza em suas respostas, mesmo assim de sua forma ela acabou respondendo todas as nossas perguntas, menos aos nossos questionamentos que foram sempre muito “podados”.

4. Resultados e Discussão

4.1 Propostas da organização curricular da Lei 10.639/2003

Nessa categoria de análise, buscamos compreender como a Lei 10.639/03 está organizada no currículo para a EJA. Nessa questão, ocorreu duas possibilidades para a discussão junto com os coordenadores: caso afirmativo, como ela foi sendo organizada dentro do currículo; e negativo, as razões pelas quais a mesma não foi implantada. .

Em termos de organização dos dados coletados nas entrevistas e discutidos nesta seção, privilegiaremos cada escola para a apresentação e análise das informações coletadas. A primeira refere-se à entrevista com a “Professora 2” da Escola Municipal Tharcilla Barbosa da Franca. Vejamos o que ela afirma, no fragmento abaixo, sobre a organização da lei no currículo da EJA.

Sim. Na verdade, não foi organizada, em 2015 dentro de nosso departamento. A supervisora da escola passou para os professores um papel com a lei e nos falou sobre a importância de abordarmos essa temática dentro da sala de aula. No meu caso, que sou professora de língua portuguesa, quando abordamos a origem da língua portuguesa, nós fazemos uma abordagem da importância de se trabalhar essa temática dentro da sala de aula. (PROFESSORA 2)

Na fala acima, observamos que a escola não organizou o que preconiza a lei no currículo para a EJA. Em que medida uma escola não se organiza para discutir e pensar a organização de uma temática atual e desafiadora para a formação de jovens e adultos? Percebemos que há um certo “improviso” na prática docente quando a Professora 2 afirma que a “supervisora da escola passou para os professores um papel com a lei [...]”. Nesse sentido, é importante atentarmos para uma leitura de Chagas, sobre os desafios para organizar a lei nos currículos para EJA. “Participação e envolvimento dos professores”, como nos sugere o fragmento acima, não houve na escola pesquisada.

No geral, os docentes não se iniciaram na discussão sobre história e cultura afro-brasileira e africana apenas no momento que construíram e executaram os projetos. Todos já desenvolveram na escola alguma ação pontual, especificamente nas chamadas datas comemorativas, a exemplo dos dias 13 de maio e 20 de novembro. A elaboração dos projetos motivou-os a implementar, no currículo escolar, os conteúdos de que trata a Lei 10.639/2003, de modo efetivo e

permanente. No entanto, esse é o maior desafio que se coloca para os docentes nas escolas, pois exige a participação e o envolvimento de todo corpo docente e dos gestores. (CHAGAS, 2017, p. 86)

Na entrevista com a Professora 1, identificamos que a Escola Municipal Zumbi dos Palmares busca um diálogo juntamente com professores, técnicos e gestores para a implantação da lei, organizando a temática história e cultura afro-brasileira e africana no seu currículo, abrangendo toda a estrutura curricular.

Contudo, percebemos uma lacuna que gera um questionamento sobre como a temática vem sendo abordada em sala de aula, pois a Professora 1, em momentos de sua fala, afirma que o foco de se trabalhar essa temática é procurar respeitar a diversidade, como podemos verificar no fragmento abaixo ao ser questionada sobre a organização da Lei 10.639/03 no planejamento curricular da escola.

Sim, e não só pelo professor de história, tenho uma relação muito próxima com ele, e ele faz essa discussão dentro da escola; mas como a escola recebe o nome “Zumbi dos Palmares” não tem como esse tema não estar, como tema principal na escola, ou seja, quase todos os professores trabalham a questão racial e a questão indígena, a gente inclusive tem uma discussão no interior da escola nesse sentido. Inclusive no currículo de EJA, a exemplo ano passado a gente trabalhou muito a questão do respeito à diversidade religiosa, tendo como foco as religiões de matriz africana. Na EJA, trabalhamos juntas com uma assistente social e professoras de outras turmas, a questão do respeito mesmo, a questão racial é muito trabalhada aqui na EJA, principalmente, porque a nossa comunidade é uma comunidade negra, embora exista certa dificuldade em se reconhecer como tal, mas no currículo a gente trabalha, e não só na disciplina de história, todas as outras disciplinas trabalham e a gente tem sempre uma preocupação nos planejamentos de estar sempre levantando esse tema de forma transdisciplinar. (PROFESSORA 1)

Percebemos que há uma discussão em torno dos conteúdos da Lei, no currículo da EJA, na organização curricular da escola. Será que essa discussão está realmente em consonância com a legislação? Observamos que o tema não se constitui como um conteúdo programático, de base comum no currículo da escola, pois a Lei preconiza que o estudo deva ir além do respeito à diversidade, buscando permitir que o educando se perceba como parte integrante para a história e a formação do povo brasileiro. A fala da Professora

1 sugere o “ir além do respeito” quando ela sublinha que “[...] na EJA trabalhamos juntas com a assistente social e as professoras de outras turmas, a questão do respeito mesmo, a questão racial é muito trabalhada aqui na EJA [...]”.

Nessa direção, Alves menciona sobre o desafio da implantação do conteúdo História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares, ao afirmar que o desafio reside em conciliar a cultura da atuação e da aceitação pertinente aos negros.

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que designa às instituições educacionais uma adequação no rol dos conteúdos programáticos das para a inserção do estudo da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, de modo a resgatar sua contribuição na área social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil. (ALVES, 2007, p. 41)

Além desses aspectos, percebemos que as escolas de ensino básico da cidade de João Pessoa, às que foram objeto da presente pesquisa, apesar da obrigatoriedade do conteúdo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em seus currículos, há mais de uma década, elas, ainda, não conseguiram ampliar seus conteúdos, e se limitam as datas comemorativas, como constatamos tanto na Escola Municipal Tharcilla Barbosa da Franca, quanto nos “equivocos” ao manter apenas o aspecto do respeito à diversidade, como faz a Escola Municipal Zumbi dos Palmares, como se a comunidade escolar não pertencesse a essa história.

4.2 Implantação da Lei 10.639/2003 na EJA das Escolas Municipais Zumbi dos Palmares e Tharcilla Barbosa da Franca

Para melhor analisarmos como vem sendo trabalhada a Lei no currículo de EJA das escolas, faz-se necessário um breve conhecimento sobre como se deu o seu processo. Nessa seção, procuramos mostrar e analisar quando se deu a sua implantação, em cada escola e de modo diferente, apontando para as seguintes questões: como se deu a escolha para a implantação dos temas relacionados a cultura e história afro-brasileira pelas escolas; se houve a participação e como se deu a discussão dos docentes, dos gestores e dos técnicos.

Na Escola Tharcilla Barbosa da Franca, além da Professora 2, também entrevistamos a coordenadora da escola. Vejamos os fragmentos abaixo.

Desde 2010 que estou nessa escola e faz 7 anos que abordo essa temática. (PROFESSORA 2)

A Lei foi colocada no PPP em 2015, porém ela não era efetivada na prática; na verdade, agora em 2017, a prefeitura mandou uma cartilha para a escola avisando da obrigatoriedade da implantação da Lei e avisou que a escola teria que trabalhar em todas as disciplinas. (COORDENADORA DA ESCOLA)

Nas falas acima, é possível observar uma “divergência” entre as entrevistadas. A Professora responde fazendo referência apenas a sua disciplina e a sua prática individual sem mencionar o PPP da escola, no tocante à obrigatoriedade da implantação da lei. Observamos na resposta da coordenadora que a escola, na prática, não se preocupa em atender uma temática tão atual e polêmica, preocupando-se apenas em colocá-la na proposta do PPP da escola.

Nesse sentido, sabemos que há uma diferença entre o que está na teoria, nos documentos institucionais da escola, no caso do PPP, e a prática dessa mesma lei no fazer pedagógico dos professores da EJA. Essa “divergência” é apontada por Chagas como um traço comum nas práticas de determinadas escolas. A sua ausência passa ser a regra no trabalho pedagógico do professor.

Apesar da obrigatoriedade legal, as escolas da educação básica oportunizam o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana esse conteúdo nem sempre se faz presente no cotidiano da sala de aula, mantendo-se ausente do currículo escolar. (CHAGAS, 2017, p. 2)

Sabemos da importância da participação do corpo docente na organização curricular, inclusive, pela importância da dimensão coletiva no cotidiano da escola, em especial, pública, tão legitimada pelo discurso do desprestígio docente por parte do Estado brasileiro e por determinados setores da sociedade civil. E o campo da EJA? A Professora 1 diz:

Na verdade assim... Quando eu cheguei... Eu cheguei à escola em 2012. Como a escola recebe o nome Zumbi dos Palmares, a escola já tinha todo um trabalho voltado para que o tema estivesse presente na escola, nas atividades didático-pedagógicas, nas atividades lúdicas que a escola desenvolve;

então, na verdade a implementação nada mais, nada menos foi, acredito eu, muito mais para aumentar a carga horária para a disciplina de história. Mas, o tema em si, já é um tema muito trabalhado, não apenas pelo corpo docente da escola, mas outras ONGs sempre estavam, aqui, presentes e trazem, sempre estiveram e sempre estão aqui presentes, trazem para a gente muito enriquecimento nessa discussão. Acredito que mesmo antes da implementação da lei, já existia esse trabalho de discussão do tema, devido o próprio nome da escola, segundo alguns relatos de professores mais antigos, que no ano da fundação, a escola foi fundada em 2000, [...], no ano dos 500 anos, [...]. (PROFESSORA 1)

Nesse fragmento, o tema em torno da história e cultura afro-brasileira e africana na Escola Zumbi dos Palmares, é uma discussão que acontece muito antes da promulgação da Lei 10.639/03, como a Professora 1 afirma:

[...] exatamente recebeu esse nome fazendo esse resgate da dívida histórica [...]; então, a escola sempre pautou os relatos que eu tenho, de antes de chegar na escola em 2012, é que essa discussão dentro da escola sempre esteve muito presente.

Observamos aqui que os docentes não participaram da construção do currículo inicial da escola. Tal fato nos sugere que o tema foi imposto, por se tratar de uma questão “reparadora”, o que evidencia a obrigatoriedade dada aos professores de trabalhar o tema em sala de aula, o que não tira o mérito dos professores com a questão racial. Nesse sentido, há um caminho inverso, pois, a atual LDB, no seu art. 13, Incisos I e II, enfatiza que os professores e todos os membros da escola participem da elaboração dos projetos e que os mesmos sejam realmente trabalhados.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino. (BRASIL, 1996)

A Professora 2, quando perguntada sobre a participação na elaboração do PPP, começa a discorrer, repetindo as mesmas palavras da resposta anterior, como se precisasse afirmar para si mesma o trabalho que ela vem fazendo na sua sala de aula.

Olha, eu trabalho nessa escola há 7 anos, e há sete anos essa temática ela é trazida para dentro da sala de aula de alguma forma ou de outra, a gente sempre está abordando, sempre está discutindo as questões em torno do preconceito racial,

sempre tem professores que trabalham essa temática dentro da sala de aula, professores de história, geografia, língua portuguesa. Entendeu? Eu não me recordo de a gente ter feito um projeto grande que envolvesse toda a escola, mas esse ano, já estamos discutindo a elaboração de um evento maior abordando essa temática, porque nós ainda somos presos aos projetos impostos pela Secretária de Educação. Entendeu? (Coordenadoria Municipal de Promoção a Cidadania LGBT e Igualdade Racial.) (PROFESSORA 2)

Quando entrevistamos a coordenadora, mais uma vez identificamos uma certa “divergência” entre as respostas. “Fica a critério dos professores trabalharem essa temática em sala de aula” (Coordenadora da Escola). E aqui indagamos: Como se dá uma gestão democrática quando não há coletivos dentro do espaço escolar?

A Professora 2 afirma o que diz a coordenadora da escola, ou seja, há uma clareza da não participação de todos e da falta de diálogo entre o corpo docente. O que observamos é uma contradição com a legislação, uma “negligência” na construção do currículo escolar, pois deveria haver uma democracia, com a participação e cooperação de todos que formam a comunidade escolar. A “supervisora da escola passou para os professores a importância de abordarmos essa temática dentro da sala de aula (PROFESSORA 2). Ainda dentro desse ponto de vista, Chagas menciona que essa abordagem na construção do currículo não se faz presente na realidade das escolas.

Outro aspecto a se considerar é o fato de, no processo de elaboração dos projetos, docentes não terem pensado a escola na sua totalidade, e terem se limitado a sua sala de aula e a sua área de saber. Não foram envolvidos docentes das diversas áreas do conhecimento e níveis de ensino na construção e na execução da proposta; no geral, os projetos ficaram reduzidos à sala de aula de cada professor/a na escola onde trabalha, e a sua prática e área de conhecimento. (CHAGAS, 2017, p. 94)

4.3 Prática docente

O currículo para o tema história e cultura afro-brasileiro não é trabalhado como preconiza a lei, sendo abordado de forma superficial, focando pontos específicos, ou negligenciado, como: trabalhando temas da etnia afro-brasileiros apenas nas datas comemorativas, ou trabalhando os aspectos do

respeito. Para a lei ser implementada em sua plenitude, o docente precisa ser pesquisador e questionador. Quando perguntada a Professora 2 sobre o trabalho em torno da temática em sala de aula para as turmas da EJA, a mesma nos relata:

Ainda de forma muito tímida, os professores trabalham mais em suas salas de aula, mas já existe uma discussão e um amadurecimento em torno desse tema, para que ele seja mais ampliado e, seja levado para a escola toda, através de parcerias, nós conhecemos alguns professores que são envolvidos em movimentos sociais, relacionados à cultura afro, a gente está tentando contato com essas pessoas para que elas venham a escola fazer uma palestra nesse sentido. Certo? Tem ensino religioso, mas eu não sei como é a abordagem dela em sala de aula. (Professora 2)

Na seguinte afirmação: “Ainda de forma muito tímida”, esse fragmento nos leva a seguinte questão: Como poderemos “avançar” para uma sociedade questionadora e igualitária, se nossas escolas não orientam os alunos, para um pensamento crítico e uma afirmação identitária? Professores não são motivados a pesquisar a sua prática. E como fica essa questão para o campo da EJA? Como os professores da EJA estão sendo capacitados para pensarem a sua prática? Será que a formação docente não foi, e continua sendo uma formação forjada na história e centralidade da cultura eurocêntrica?

Implementar a Lei 10.639/03 exige dos docentes em sala de aula a postura de construtor do saber e de pesquisador, de modo que transponham as fronteiras impostas pelo eurocentrismo, para que construam outras perspectivas de compreensão da história da humanidade.

Decerto, o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, na escola da educação básica, não se limita á discussão sobre preconceito racial.

Desde a institucionalização da lei 10.639/2003, as Docentes estão desafiados a, na prática cotidiana em Sala de aula, pensar, ensinar, a história da África e dos Povos afrodescendente numa perspectiva para além da compreensão eurocêntrica de história que geralmente caracteriza o currículo escolar e os livros didáticos. (CHAGAS, 2017, p. 84-85)

A prática docente em sala de aula para os alunos da EJA deve se apresentar de forma coerente e eficaz, considerando as particularidades inerentes às características da EJA. Quando a professora foi abordada a respeito da metodologia que vem sendo trabalhada na Escola Zumbi dos

Palmares, em específico, a partir dos conteúdos história e cultura afro-brasileira e africana, para os alunos da EJA, a Professora 1 afirma:

Bom, eu posso falar na minha disciplina e de uma forma geral, nos planejamentos, nas atividades mais gerais; por exemplo, na minha disciplina, é... eu sou professora de ciências, eu trabalho muito, por exemplo algumas doenças relacionadas, trabalhei muito o ano passado a questão da diversidade religiosa, o respeito as religiões de cunho afro, porque eu senti na escola, que apesar da gente ter trabalhado bastante a questão do respeito, mas a questão do respeito as religiões de matriz afro, ainda é uma questão muito difícil, a gente tem muitos senhores e senhoras que tem linhas religiosas bem mais ortodoxa, nesse sentido aí a gente fez trabalho, os outros professores sempre se empenham muito, principalmente no mês de novembro, a gente tem vários eventos e histórias, além disso a gente trabalhou ano passado a questão cultural, a gente trabalhou o coco de roda, a ciranda, inclusive no São João do ano passado a gente ensaiou uma ciranda e fez a apresentação, tem muita resistência ainda na EJA. Eu percebo que tem mais resistência na EJA, que no fundamental II, que eu trabalho com adolescentes, eles assim a EJA, é porque a gente tem muitas pessoas com mais de 40 anos e nesse público o tema é mais difícil de trabalhar porque eles já têm um “pré-conceito” formado e é mais difícil você desconstruir esse conceito. (PROFESSORA 1)

Percebemos, mais uma vez, que, apesar da dedicação das professoras da escola para abordar a temática raça, nos parece que, ainda, falta uma metodologia adequada que não apenas encaixe o tema no seu conteúdo programático, mais que assuma uma posição de conteúdo no currículo. Como o tema vem sendo trabalhado, sempre restará dúvidas sobre a questão do pertencimento racial, assim como a construção da identidade social dos alunos da EJA. Será que os livros didáticos estão sendo eficazes, não apenas na questão do “pertencimento racial”, mas, também, na relevância da construção da identidade social?

Como destacam Bezerra e Silva sobre a importância da metodologia e do livro didático na construção da identidade social, os alunos de EJA e como consequência da identidade racial, já que grande maioria desse alunado são descendentes afros:

Sendo assim, compreendemos que a educação formal, através de suas metodologias, métodos e técnicas podem contribuir para o desenvolvimento de ações que proporcionem a

participação social, utilizando-se de meios que fluam nesta direção, como os materiais didáticos, em especial o livro didático.

[...] A problemática do livro didático, sob a perspectiva da relevância da identidade social abordada ou não nos mesmos, salientando que para qualquer processo educativo, porém especialmente para a EJA, a aprendizagem deve ser cada vez mais substanciada aos sujeitos a prática social autônoma, reflexiva, ou seja, que impregne seu processo da politicidade necessária ao desenvolvimento de ações e reflexões. (BEZERRA; SILVA, 2013, p. 56)

4.4 Formação Continuada

O professor não poderá superar suas limitações se não for ofertado oportunidades de conhecimentos e evolução em áreas específicas que também haja valorização para que estimulem essa busca, para assim o professor voltar a ver a educação como oportunidade para o aluno conhecer e compreender a história dos povos negros, também e a partir da história brasileira.

[..] incorporar á formação de professores do ensino Fundamental as novas pesquisas que abordam, historicamente, experiências concretas de criação e de transformação culturais identitárias, na experiência da diáspora africana. (MATOS, 2003 apud CHAGAS, 2017, p. 82)

Para isso, é preciso o envolvimento de todos que fazem a educação para “cessar” o que acontece nas escolas, ou seja, as escolas não oportunizam capacitação para os seus docentes, onde constatamos na resposta da Professora 2, quando a questionamos a respeito da capacitação dos professores para abordarem a temática na sala de aula da EJA. A Professora 2 diz, categoricamente, que eles “não foram!”. Dentro dessa perspectiva, vejamos o que menciona a Lei 12.288/2010 em seu Art. 13 sobre a formação dos docentes, estabelecendo que o “[...] órgão competente do Poder Executivo fomentará a formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didático específico para o cumprimento do disposto no caput deste artigo”.

Para que a escola consiga superar o desafio de ser geradora de conhecimentos críticos e criativos, faz-se necessário uma formação continuada de professores com “novas” práticas pedagógicas, capazes de fazer uma reflexão na sua ação sistematizando teoria-prática-teoria, ao propor saídas que garantam o ensino com qualidade para os que foram e continuam sendo

excluídos. Foi o que constatamos na Escola Zumbi dos Palmares, e podemos observar no fragmento abaixo da Professora 1.

A gente mesmo que busca, infelizmente não existe nem uma preocupação por parte da prefeitura em trazer para a escola apesar do nome da escola, apesar da gente convidar eles, mas nunca trouxeram nem uma formação pra gente, tudo o que a gente tem aqui é de busca individual. Por exemplo, essa formação que teve na escola Antonia do Socorro, que é uma escola que atende a uma comunidade quilombola, que eu fiz, foi por iniciativa minha, em ir lá, solicitar uma vaga, eu não era da escola, mas como a gente trabalha muito isso aqui, já é uma coisa muito vivenciada, até mesmo pelo nome da escola, então a gente sempre busca, mas o que eu posso dizer, é que nunca existiu nenhum interesse por parte da administração, para trazer uma formação para a escola Zumbi dos Palmares com relação ao tema afro-indígena. (PROFESSORA 1)

Diante desse fragmento, como lutar no espaço da escola pública para que um fazer coletivo torne-se um elemento cultural imprescindível no fazer pedagógico da escola? Em relação à questão raça, como desconstruir determinadas verdades que desqualificam, em relação ao preconceito forjado na história de um povo, a história dos negros, na perspectiva da história brasileira? Como responsabilizar os professores de não estarem com uma prática docente que dialogue com o disposto da Lei 10.639/03, para o ensino da EJA, se a formação inicial e continuada ainda não discutida o direito à educação para os sujeitos da educação de adultos, como os quilombolas, os sujeitos da periferia, do campo etc.

Considerando algumas conquistas no campo do direito à educação para os negros, ainda continuamos educando e formando sujeitos, sem um olhar crítico sobre o que pensamos e fazemos com as minorias sociais, em específico, os negros. Como exigir dos professores que eles cumpram seu papel se o Estado não respeita o magistério, em todas as suas esferas de ação no campo da educação?

Segundo o Estatuto da Igualdade Racial, é obrigação do Estado:

Art. 13. O Poder Executivo Federal, por meio dos órgãos competentes, incentivará as instituições de ensino superior públicas e privadas, sem prejuízo da legislação em vigor, a:

- II- incorporar nas matrizes curriculares dos cursos de professores temas que incluam valores concernentes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira;
- IV- estabelecer programas de cooperação técnica, nos estabelecimentos de ensino público, privados e comunitários, com as escolas de educação infantil, ensino fundamental,

ensino médio e ensino técnico, para a formação docente baseada em princípios de equidade, de tolerância e de respeito às diferenças étnicas. (BRASIL, 2013)

4.5 Desafios na implementação da lei

Aqui, iremos abordar como a coordenação da Escola Tharcilla Barbosa da Franca atribui determinadas noções sobre o desenvolvimento do trabalho no espaço da escola, no sentido de apontar alguns desafios e avanços a partir da introdução da lei no currículo e na prática escolar. Sendo assim, o objetivo dessa abordagem foi buscar avaliar como a escola vem pensando, coletivamente ou não, amadurecer a implantação da temática no cotidiano da sala de aula.

Olha, o projeto político pedagógico da escola ele é muito vivo. Eu acredito muito nesse projeto político pedagógico, ele não é um mero documento não; ele é de fato esmiuçado, discutido e atualizado pela equipe técnica da escola todos os anos; também é aplicado. Então, o que é que acontece sempre a gente tem algum projeto discutido; esse currículo é atualizado; agora, eu quero enfatizar mais uma vez, que muitas vezes nós ficamos presos pelos projetos impostos pela Secretaria de Educação, e por conta do tempo, ter que trabalhar o livro didático. Nós temos temas que é específico da comunidade, por exemplo: violência contra mulher, é um ponto muito importante que a gente tem um público muito grande na EJA, que o intuito é enveredar no mercado de trabalho; temos que implementar essas temáticas para atender as necessidades da comunidade local. Entendeu? Às vezes, não dá tempo; mas com certeza o que está no PPP, a gente tenta minimamente aplicar. (PROFESSORA 2)

Percebemos na fala da Professora 2 uma contradição quando ela afirma a participação de todos no planejamento escolar, e também quando ela diz que deve cumprir com as diretrizes curriculares da Secretaria de Educação. No fragmento em que ela menciona o PPP ao afirmar que “ele não é um mero documento [...]”, fica claro o elemento contraditório da sua afirmação. Por quê? Porque evidenciamos, respeitando inclusive os limites durante a entrevista, que a Professora 2 não conseguiu discutir com clareza sobre as facilidades e as dificuldades inerentes à própria implantação da lei. Sobre esse aspecto, questionamos: Como a escola poderá refletir sobre seu planejamento escolar e a prática docente em sala de aula nas turmas de EJA?

A Professora 1 consegue atribuir uma avaliação próxima da questão que ora levantamos durante a entrevista: as facilidades e dificuldades. Notamos, inclusive, na fala da referida professora, uma dificuldade ao abordar a tema raça. Segundo a professora, há uma “carga” de experiências e construção de pensamentos já formados pelos alunos. Como esse aspecto vem sendo trabalhado junto com os alunos? Na fala abaixo, evidenciamos o que diz a Professora 1:

As dificuldades, acho que são as dificuldades que a gente encontra na sociedade, não é diferente, a gente tem algumas dificuldades quando se toca nesse tema, ou seja, querendo ou não a nossa sociedade é racista, né? ... Já na EJA, que é o foco de vocês a dificuldade é muito grande, porque eles já..., o público maior que a gente tem são senhores e senhoras que abandonaram a 5,10,15 anos e voltam sem nem um, nesse percurso sem nenhum espaço de discussão, de amadurecimento, ou seja, traz toda carga do preconceito que a sociedade aí fora traz, a gente tem a maior dificuldade de se trabalhar realmente é com o público da EJA, para tentar desconstruir toda uma formação que eles têm construído a vida toda, ... para vocês terem ideia, eu fiz uma oficina com as meninas da tarde, ano passado em novembro, para construir uma bonequinha chamada baianinha, que é uma bonequinha que foi construída nos navios negreiros, que é de tecido, e eu fiz à tarde. Foi fantástico! Eles amaram, que são os meninos de 10 a 16 anos. À noite eu fiz, e depois ouvi comentários de que eu estava ensinando a fazer voodoo, que eu estava ensinando a fazer bruxaria, a xangozeira da escola tá ensinando isso (risos), então você vê que na EJA, você tem o processo de desconstrução bem mais difícil,... E difícil, mas a gente vai desconstruindo aos pouquinhos. (PROFESSORA 1)

A abordagem para o público da EJA nos conteúdos tradicionais já requer uma metodologia específica; então, para se abordar temas como a questão racial, se torna ainda mais complexa e deve-se buscar uma metodologia mais adequada e pertinente ao tema, assim o fazer educação para a EJA requer um diálogo constante com a comunidade, para que seja uma prática pedagógica construída coletivamente, se constituindo assim como cultura do trabalho escolar, fazendo também uma análise da realidade ou da situação dessa escola. E a questão de focar o caráter da “politicidade” no fazer pedagógico como indicam Bezerra e Silva (2013)?

A Professora 1, em sua fala, nos traz uma interrogação. Será essa prática está sendo refletida? Será que a escola está cumprindo o seu papel de planejar a sua forma de fazer educação? Será que ela está levando em

consideração as particularidades de cada turma e as singularidades de seus alunos? Quando a mesma relata uma oficina que realizou nos turnos da tarde e da noite, o que não se esclarece é a abordagem da historicidade por trás daquela “boneca”. Será que o objetivo dessa oficina foi simplesmente construir a “bonequinha”? E a contextualização da forma e do conteúdo da oficina? Nesse sentido, Paulo Freire (1991, p. 44) é emblemático quando relaciona o conteúdo à prática reflexiva do professor. Diz o autor: “[...] a grande questão é a favor de quê e de quem, contra o quê e contra quem se faz a política de que a educação jamais prescinde”.

4.6 Resistências e conflitos

Nessa categoria a ideia central é apontar para a questão das resistências enfrentadas pela escola, por parte dos professores, na introdução da Lei no Currículo da EJA, levando a uma reflexão no desenvolvimento de algumas estratégias apontadas nas falas das professoras entrevistadas, na luta pela inclusão social do negro e pela superação do racismo na sociedade brasileira, tomando o lugar do sujeito como ponto de partida.

Nesse aspecto, vejamos o que afirma a Professora 2 e que, de certa forma, se aproxima da fala da coordenadora da Escola Tharcilla Barbosa da Franca.

Não houve resistência na implantação dessa lei. Essa lei não foi discutida, o que nós discutimos foi a temática da cultura afro-brasileira. Em relação à temática não houve resistência por parte de nenhum professor, até agora desconheço; agora em relação à lei a gente não trabalhou a lei, a gente trabalhou a temática. (PROFESSORA 2)

Nós trabalhamos a temática e fica a critério do professor implementar em sua aula. (COORDENADORA DA ESCOLA)

Como podemos observar nas respostas da Professora 2 e da Coordenadora acima, perguntamos: Como se discute a temática sem discutir a lei considerando que a mesma prescinde um amadurecimento entre o discurso legal e o planejamento escolar? Não há uma discussão na escola sobre a importância social da Lei, ao ser trazida para os alunos negros ou aqueles que não se identificam como negros com a valorização da sua cultura? A que se deve à ausência sempre presente da lei na organização do planejamento escolar?

A presente pesquisa e as atividades nossas nas disciplinas de Estágio Supervisionado nos permitem afirmar que não encontramos na escola a existência do que diz a lei e o efeito desta na prática pedagógica do professor da EJA. Como também, nos pareceu que os professores conhecem, superficialmente, o que preconiza a Lei, como também não há uma capacitação para trabalhar o tema história e cultura afro-brasileira. É nítido o distanciamento entre o que preconiza o Plano Nacional de Cultura Afro-Brasileira e as falas das professoras entrevistadas. Considerando que no Plano diz: “Incluir na formação de educadores de EJA a temática da promoção da igualdade étnico-racial e o combate ao racismo (BRASIL, 2003).

Na fala da Professora 1, não houve resistência para a implantação da lei na Escola Zumbi dos Palmares.

Olha, os professores do turno da tarde e da noite muito pelo contrário, eles sempre estiveram muito envolvidos, eles sempre foram precursores, eu não tenho muito contato com os professores do turno da manhã, mas assim em um dos planejamentos do ano passado, é, teve um discurso que talvez eu entenda errado, mas assim de que, quando a gente tem que trabalhar a questão da negritude alguns professores do turno da manhã verbalizaram que a gente tem que trabalhar todas as raças, e isso é muito batido pelos professores e especialistas, que a gente tem uma dívida de 500 anos e que não dá para trabalhar todas as raças, sem ter que tenha um foco; na escola que nós temos, com a comunidade massivamente negra, uma escola, com o nome Zumbi dos Palmares, não ter como foco a questão racial. Eu não senti uma resistência, mas assim alguns discursos velados de alguns professores nesse sentido, quando a gente tocava nesse tema nos planejamentos gerais, principalmente do turno da manhã, os professores, da tarde e da noite não, sempre estiveram à frente em torno dessa discussão, todos eles sem exceção. (PROFESSORA 1)

Quando a professora fala “muito pelo contrário [...]” fica nítida a compreensão da importância do tema para a construção da identidade negra, para os professores da escola, surgindo apenas algumas opiniões contrárias. Opiniões que surgem pela falta de conhecimento sobre a história e cultura afro-brasileira e africana, das professoras envolvidas na educação infantil. Como construir uma identidade negra quando a turma de EJA é heterogênea? É importante destacar o papel do professor nesse processo, que segundo Moura (apud MUNANGA, 2005, p. 23), “[...] por muitas vezes, sem se dar conta, o

educador acaba por trazer para a sala de aula estereótipos já estabelecidos e convencionados da sociedade”.

4.7 Causas de resistência

Sobre o que representa as causas da resistência na prática das professoras ao abordarem a temática história e cultura afro-brasileira e africana, a Professora 2 aponta resistência para o aluno da EJA, ao atribuir valores religiosos a concepção dos alunos.

Não houve resistência por parte dos professores, houve um pouco de resistência por parte dos alunos sobre a religião afro; a comunidade é cercada de igrejas protestantes e os alunos dessa religião endemonizam a religião afro. A única resistência é por parte dos alunos nesse sentido. (PROFESSORA 2)

Como podemos verificar, a resistência é apenas por parte dos alunos segundo afirma a professora. E de que forma os alunos demonstram resistência? Será que esse “preconceito” seria amenizado ou combatido se a Lei fosse implementada na sua totalidade, como cita Chagas na sua pesquisa, que a religião afro em nenhum momento é citada ou trabalhada nos projetos.

Assim, quando professores (as) pensaram a presença da África na formação cultural do Brasil, foram contempladas as seguintes manifestações: música, dança, culinária e vestimentas. Apenas um projeto abordou a questão da miscigenação e nenhuma menção houve ao aspecto religioso dos africanos. (CHAGAS, 2017, p. 7)

Quando questionada sobre as causas da resistência na aplicabilidade da Lei, a Professora 2 afirma, mais uma vez, que essa resistência é apenas por parte das professoras do turno da manhã (educação infantil).

Para a Professora 1, as professoras, do turno matutino, desconhecem a respeito da importância de se estudar a história e a cultura do povo afro-brasileiro nas séries iniciais, quando ela afirma: “[...] alguns professores do turno da manhã verbalizaram que a gente tem que trabalhar todas as raças [...]”. Como trabalhar todas as raças se o manual didático está direcionado apenas a raça branca? Se as professoras não percebem o distanciamento de oportunidades que existem entre a etnia brasileira, significa que as mesmas desconhecem ou não aceitam que a sociedade brasileira foi e continua sendo construída por sujeitos que foram e continuam sendo colocados à margem da

sociedade. Que sujeito nós estaríamos educando se a escola se preocupasse, além da formação técnica, também a formação para a vida? Que sujeitos estamos ajudando a formar se lhes é negado o direito de conhecerem sua história e a construção de sua identidade e “pertencimento social”?

4.8 Temas vinculados à história e cultura afro-brasileira

Compreender como as escolas pesquisadas vêm trabalhando com temas relacionados à história e cultura afro-brasileira, nos permitiu perceber os desafios presentes, ainda, no trabalho das professoras da EJA. Quando indagadas sobre seu trabalho em sala de aula e o planejamento com temas afins a Lei 10.639/2003, elas afirmaram:

Olha, eu trabalho aqui há 7 anos, e há 7 anos nós trabalhamos a cultura afro-brasileira dessa forma como eu te falei; não é de uma forma muito ampliada, mas de uma forma muito tímida, mas já se contempla no documento pedagógico mais importante da escola que é o PPP, e que seja levado para sala de aula. Em relação aos alunos é muito tranquilo trabalhar esse tema, já que, na sua maioria, são descendentes afro. No olhar da professora, os alunos se aceitam tranquilamente como descendentes afro no meu ponto de vista, os nossos alunos nos dão aula de inclusão social. (Professora 2)

Bem, no PPP da escola já consta desde 2015, mas só neste ano 2017, chegou um folheto da prefeitura dizendo que teria que trabalhar a história e cultura afro-brasileira na escola; então cada professor/a irá trabalhar na sua sala essa temática. (Coordenadora da Escola).

Como já percebemos ao longo dessa pesquisa, não há um trabalho em equipe dentro da escola, nem um consenso entre a coordenação e os professores, a lei continua sendo “trabalhada” apenas como temática, “algo solto” e não como conteúdo obrigatório. Segue-se a questão: Quando não há esse compromisso político com a escola, com a temática, com os alunos, com a própria história dos sujeitos da EJA, manteremos um olhar estigmatizante para a população negra na história do nosso país?

4.9 Relação dos alunos da EJA com a temática afro-brasileira

Analisando ao que foi respondido, verificamos a resistência sempre relacionada com a questão religiosidade; o preconceito contra a crença afro

está enraizado não apenas na escola, mas em toda sociedade que “abomina” esse credo religioso. Acreditamos que essa discriminação seja a falta de conhecimento, por vezes naturalizando o lugar do negro na sociedade, e legitimado nos espaços da escola, em específico, pública.

Entendemos que uma formação adequada para os professores seria essencial, para os alunos terem uma compreensão sobre aspectos da cultura e da história afro-brasileira e africana. O estigma se produz na escola, portanto, nas datas comemorativas como o dia de homenagem a Zumbi dos Palmares, como o negro aparece nos discursos e enunciados dos livros didáticos de história etc.

Nesse sentido, esses aspectos vão na direção contrária do que preconizam a Resolução CNE/CP 01/2004 e o Parecer CNE/CP 03/2004.

a) Colaborar com a formação inicial e continuada de professores e graduandos em educação das relações Étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, de acordo com o disposto na Resolução CNE/CP 03/2004, e da lei 11645/08, quando couber.

b) Elaborar Material Didático específico para uso em sala de aula, sobre Educação das relações Étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e africana. (BRASIL, 2004)

Podemos constatar que a Professora 2 percebe nos seus alunos o preconceito no aspecto religioso, como já indicamos; porém, não há nem um projeto visando refletir e desconstruir junto com a escola sobre o respeito à diversidade de crenças e de sujeitos. Aqui reside o duplo desafio: o que a referida professora pensa em realizar na sala de aula e as condições reais da escola, no sentido da ausência de um planejamento articulado e consistente entre o que dizem as diretrizes curriculares do município de João Pessoa e a Lei 10.639/2003.

Sobre o tema religiosidade afro, eu vejo que existe uma resistência por parte dos mais idosos, essa comunidade é cercada de protestantes, essa comunidade é cercada de igrejas protestantes por todos os lados, então em relação à religião existe uma grande resistência. Certo? Nesse aspecto religioso, existe muito preconceito, por isso queremos fazer parceria com pessoas envolvidas com esses movimentos. (Professora 2).

A Professora1 nos relata que os avanços são poucos e que há uma resistência e um forte preconceito em relação às religiões de matriz africana, e

que atribui à idade e às crenças religiosas de determinados alunos da EJA como fatores para as resistências.

Na verdade já falei existe assim, um preconceito, na verdade a um conceito que você vem desconstruindo, e para desconstruir tem uma dificuldade grande, ou seja, é mais “lento” do que os adolescentes. Ou seja, você constrói toda uma história de vida, você chega aos 40, 50 anos acreditando que a Jurema é uma religião de satanás, aí eu vou dizer que é uma religião cristã, aí cara fica, né? Tem..., mas assim eles escutam, quando você fala, você explica, eles escutam e assim alguns avançam, outros não, ainda são muito metódicos, principalmente aqueles que têm uma religião mais ortodoxa, são das religiões mais, eu diria ortodoxa no sentido de demonizar as outras, principalmente as de cunho afro, e não é só, assim eu encontrei muito nesse tema, acho que é onde mais se expressa na EJA, a questão do preconceito racial, acho que é na questão da religião, e às vezes o preconceito é de uma religião pra outra, não é só de matriz africana. (Professora 1).

5. Considerações finais

O silenciamento, a indiferença, a “violação real e simbólica” e as práticas discriminatórias e preconceituosas do racismo explicitam práticas que até hoje encontramos nas salas de aula. A lei 10.639/03 foi sancionada, após muitas lutas dos movimentos negros, e ela vem para inserir o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, com o objetivo de estabelecer novas práticas pedagógicas, que reconheçam a importância dos africanos e afro-brasileiros na construção e formação da sociedade.

A nossa pesquisa focou o processo de implementação da lei 10.639/03 em duas escolas da rede municipal de João Pessoa na modalidade da EJA, buscando compreender e analisar as ações que estão sendo feitas pelas escolas. O tema é relevante, mas pouco trabalhado no contexto educacional no qual estamos inseridos. Trabalhar com a EJA tornar-se um desafio à medida que seus sujeitos demandam especificidades outras frente aos estereótipos já preestabelecidos na lógica da sociedade brasileira.

Acreditamos que há um grande ponto a ser trabalhado nas escolas, a identidade negra e as relações étnico-racial, como uma tentativa para refletir as relações de raça/cor, existente na sociedade, em uma perspectiva problematizadora, tornando-se relevante para construção de uma consciência crítica.

6. Referências

- BRASIL. MEC. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**: Coleção Educação para Todos, Brasília, 2007.
- BRASIL. MEC. **Contribuições para Implementação da Lei 10.639/03**. Coleção Educação para Todos, Brasília, 2008.
- BRASIL. MEC. CNE. **Parecer CNE/CEB 11/2000**, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
- BRASIL. MEC. CNE. **Resolução CNE/CP 1/2004**, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. MEC. **Estatuto da Igualdade Racial**, Lei 12.288/2010.
- BRASIL. MEC. **Historia da Educação do Negro e outras Historias**; Coleção Educação para Todos, 2005.
- CHAGAS, Waldeci Ferreira. História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica da Paraíba. **Educ. Real.**, Porto Alegre , v. 42, n. 1, p. 79-98, Mar. 2017. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362017000100079&lng=en&nrm=iso>. Acesso 05 jun 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623661125>.
- COSTA, Iany Elizabeth da; SILVA, Severino Bezerra da; ROCHA, Solange Pereira da. **Um Olhar de docentes Sobre o Livro Didático Para a EJA**: a relevância da identidade social – João Pessoa, Editora da UFPB, 2013. v. 3
- COSTA, Iany Elizabeth da; SILVA, Severino Bezerra da; ROCHA, Solange Pereira da. **Educação Integral e Direitos Humanos**: implicações pedagógicas e culturais – João Pessoa, Editora do CCTA, 2015.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa, São Paulo, Paz e Terra, 2011.
- LÁZARO, Andre; DEFOURNY, Vicent. **Sexta Conferencia Internacional de Educação de Adultos**, Brasília, Abril, 2010.
- PAIVA, Jane. **Educação de Jovens e Adultos**: direito, concepções e sentidos. (Tese de Doutorado). Niterói/RJ: PPGE, 2005.

Questionário para ser aplicado com os coordenadores pedagógicos

1. A Lei 10.639/03 está sendo aplicada na escola? Caso afirmativo, como ela foi organizada dentro do currículo de EJA? Caso negativo, por que não?
2. Quando se deu a implantação da lei?
3. Como se deu a escolha para a inclusão? Participação dos professores? Da gestão?
4. Quem participou da elaboração da proposta pedagógica para implementação da lei na escola?
5. Como vem sendo trabalhado o conteúdo cultura afro-brasileira na EJA?
6. Como os professores foram capacitados para trabalharem esses conteúdos em sala de aula?
7. Você poderia mencionar facilidades e dificuldades identificadas na introdução da lei no currículo da escola?
8. Houve resistência por parte dos professores ao se introduzir a implementação da lei?
9. Se houve, quais as principais causas para essa resistência na aplicabilidade da lei, que a coordenação pedagógica conseguiu observar?
10. Há quanto tempo a escola vem trabalhando com temas relacionados à história e cultura afro-brasileira?
11. Gostaria de falar algo sobre a relação dos alunos com o conteúdo cultura afro-brasileira na EJA?

1 - Estrutura Física da Escola

- 1.1. Localização/ Descrição física.
- 1.2. Número de dependências/disponibilidade de uso.
- 1.4. Número de turmas - distribuição de séries/turnos.

2 - Recursos didáticos e materiais (condições e uso):

- 2.1. Instalações (Biblioteca, videoteca, sala de leitura, laboratórios, sala de informática, quadra de esportes, etc.).
- 2.2. Equipamentos (computadores, TV, DVD, etc).

3 - Recursos Humanos/Pessoal

- 3.1. Número de professores por série/turno/disciplina.
- 3.2. Número de alunos por série/turno.